

DESCENTRAMENTOS EPISTÊMICOS NA TEORIA DA COMUNICAÇÃO: ATRAVESSAMENTOS NA PRÁTICA DE PESQUISA

Eldra La Fonte Carvalho¹

Luís Mauro Sá Martino²

RESUMO

Como a Teoria da Comunicação, campo de estudos e disciplina acadêmica, corresponde aos desafios colocados pelos descentramentos epistemológicos contemporâneos? Pensa-se, em particular, nas elaborações relacionadas ao lugar dos sujeitos de pesquisa na prática teórica, bem como questionar em que medida questões institucionais e de forma dão conta de agregar essas processualidades teórico-metodológicas emergentes. Este artigo discute essas questões a partir de perguntas epistemológicas levantadas durante uma pesquisa sobre a comunicação de pessoas trans. A emergência de outras identidades de pesquisa, conceitos de ciência e formas não-hegemônicas de conhecimento apontam para a (1) um conceito mais amplo de Teoria da Comunicação, para além de cânones que desconsideram narrativas subalternizadas; (2) reconhecer a experiência corporal como inflexão do raciocínio teórico e (3) abertura a novos métodos de pesquisa e escrita acadêmica. Esses elementos são discutidos no contexto da epistemologia da comunicação.

PALAVRAS-CHAVE

Comunicação. Epistemologia. Teoria da Comunicação. Pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

Na pesquisa em Comunicação, as últimas décadas vem testemunhando movimentos voltados para o descentramento epistêmico dos modos de pensar a produção de

¹ Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professor da Faculdade Cásper Líbero, Fapcom e Fecap. Bolsista de produtividade do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0251927939615742> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5099-1741>. Email: lmsamartino@gmail.com.

² Bacharel em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Mestrando em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9925666313810779> Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-5374-8287> Email: eldralafonte@gmail.com

conhecimento. Esses deslocamentos parecem acontecer a partir de vários focos, voltados para o questionamento da fundamentação epistemológica da prática de pesquisa.

Há deslocamentos geográficos, destacando o conhecimento além do eixo Europa Ocidental/Estados Unidos (MIIKE, 2007; YIN, 2009; DUTTA, 2015); de gênero, reivindicando a inscrição desse aspecto na pesquisa (NATALLE, 1991; TORTAJADA; BAUWEL, 2012); nas proposições étnicas e raciais, com a racialização das temáticas (KREISS, 2015; GUIMARÃES, 2018); movimentos de decolonialidade e de saberes tradicionais – e esta relação, sem ser exaustiva, apenas ilustra este aspecto inicial do argumento.

Nos próximos anos, deveremos elaborar coletivamente uma epistemologia capaz de dar conta da multiplicidade radical dos seres vivos, que não reduz ao corpo à sua força reprodutiva heterossexual, que não legitime a violência heteropatriarcal e colonial (PRECIADO, 2022, p. 80).

Esses movimentos epistêmicos caminham ao lado de transformações sociais. Os discursos teóricos, como qualquer discurso, não estão separados das condições sociais de produção nas quais são elaborados (L. M. MARTINO, 2018; SILVA; ARCANJO, 2021). A proposição de deslocamentos epistêmicos na pesquisa está ligada à afirmação da validade de outras experiências da realidade, silenciadas durante séculos a partir da instituição de um modelo de pensamento científico hegemônico na Modernidade (HALL, 2011; FERNANDES; HADDOCK-LOBO; SILVA, 2023).

Ao mesmo tempo, se apresentam como resistência e contraponto a fatos que, nas últimas décadas, vêm afirmando suas configurações como modo de governo e proposta epistemológica – o reaflorescimento da extrema-direita, as radicalizações de ideias, o domínio da economia de plataforma na precarização das relações de trabalho e a reivindicação de validade para saberes anti-científicos.

Não à toa se emprestam muitos conhecimentos da ciência crítica e contra-hegemônica para se pensar a descentralização de processos epistemológicos. Ao se colocar a pessoa trans, racializada ou pessoa com deficiência (PCD) no centro, o que se faz na prática é negar uma noção já desgastada de que o saber científico não tem identidade. Assim como a metrificação ou os graus centígrados, diferentes povos desenvolveram diferentes técnicas que não são mais ou menos avançadas. Da mesma maneira, a experiência de diferentes pessoas na produção de conhecimento aparece como uma maneira de dar concretude àquilo que é produzido.

Silvia Rivera Cusicanqui (2018, p. 39) trabalha essa perspectiva:

La eclosión de comunidades de vida que se inspiran en epitomes indias, ecologistas y feministas pondrán a desnudo estos gestos paródicos y señoriales, y su tactniuca fallida de cubrir con una nube de palabras vacías los dispositivos más arcaicos de colonización y subalternización.

Pensar em descentramentos epistêmicos significa reconhecer a existência de conflitos inscritos no social dos quais decorrem – ou podem decorrer – transformações nos modos de experiência e conhecimento da realidade. A valorização de saberes outros implica reconhecer corpos e formas de vida alheios à concepção erigida em padrão nos últimos séculos.

A epistemologia da comunicação vem sendo objeto de desdobramentos voltados para se pensar em outras maneiras de produzir conhecimento (BAPTISTA, 2003; L. C. MARTINO, 2007; VALDETTARO, 2015; ZELIZER, 2015).

Observa-se a presença crescente dessas temáticas em espaços institucionais de produção de pesquisa. Pode-se destacar a criação, na Compós, de Grupos de Trabalho (GTs) na última reativagem – Comunicação, Raça e Interseccionalidades; Comunicação, Gêneros e Sexualidades; na Intercom é possível destacar os Grupos de Pesquisa (GPs) Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico ou Comunicação, Alteridade e Diversidade, que se ramificam em outros espaços. O destaque para a institucionalização é enquanto indicador da visibilidade – as práticas de pesquisa não deixam de lado sua inscrição nas redes institucionais de reconhecimento (NASCIMENTO, 2022, p. 566).

Esse movimento está longe de ser homogêneo. A redução de formas de vida diversas, bem como de epistemologias plurais, a um grupo de rótulos sociais, pode ser uma estratégia de formas hegemônicas para localizar e diminuir a potência de pensamentos diversos, restringindo-o a uma única categoria (“teoria do grupo x” ou “pensamento do grupo y”).

Como a Teoria da Comunicação dialoga com essas convocações? Essa pergunta orienta este texto, entrecruzando-se em três aspectos: (1) a descentralização do cânone da Teoria da Comunicação; (2) a emergência dos corpos como sujeitos da teoria e (3) a transformação da teoria em metodologia na prática de pesquisa.

Vale uma nota. Um pensamento libertador, na chave de Paulo Freire, se exerce no questionamento da dominação, de maneira dialógica, não excludente. É como participante do jogo, no comprometimento com o ensino e a pesquisa, que este texto se desenvolve.

2 AMPLIAR O CÂNONE DA TEORIA

O cânone das Teorias da Comunicação, visto de longe, pode parecer centrado ao redor de algumas categorias monolíticas. A divisão das teorias em “escolas”, como se observa desde meados dos anos 1980 e com particular força a partir de 2000, parece ter contribuído para reforçar a ideia de que Teoria da Comunicação é um conjunto de discussões mais ou menos homogêneas (LIMA, 1983; 2001; NORDENSTRENG, 2007; TORRICO VILLANUEVA, 2010). Essas indagações parecem ser recorrentes quando se pensa nos confrontos entre o pensamento teórico da Área e as dinâmicas sociais, políticas e tecnológicas, com as quais a pesquisa acadêmica se defronta constantemente (FRANÇA, 2001; LOPES, 2001; 2006; FERREIRA, 2008; L. M. MARTINO, 2012). Neste sentido, apesar do campo ser uma constante disputa entre diversos marcadores de posições epistemológicas, aos olhares menos acostumados e, com razão, desconfiados do real poder de transformação da Academia (hooks, 2017), os cânones da Teoria da Comunicação apresentam-se na sua forma mais recrudescida: branca, europeia, heterossexual e cisgênero.

Pensando nisso, a Área estaria organizada ao redor de conceitos localizados em termos espaciais e temporais (por exemplo, “Escola Norte-Americana”, 1920; “Escola de Frankfurt”, 1940; “Estruturalismo”, 1960; “Teoria das Mediações”, América Latina, 1980) ou conceituais (“Teoria da Agulha Hipodérmica”, “Indústria Cultural”, “Semiótica”, “Mediações”).

É possível, como visto em pesquisas anteriores (L. M. MARTINO, 2011; 2018), notar a cristalização desse cânone, tanto em livros-texto em circulação desde 1964 quanto também em programas de ensino universitário. Essa perspectiva, se tem mérito em termos de organização de curricular, parece acarretar, de saída, algumas problemáticas.

Se o entendimento de Teoria da Comunicação for reduzido a essa perspectiva monolítica, nesse caso, de fato, sua contribuição ao entendimento dos processos comunicacionais e seus entrelaçamentos sociais, seria bastante limitado.

No entanto, até que ponto esse cânone monolítico existe? Segundo, como abrir a Teoria da Comunicação para um diálogo com as demandas atuais de pesquisa?

Na resposta à primeira pergunta, a existência de um cânone das Teorias da Comunicação se revela, a um exame mais próximo, uma ilusão – a rigor, não há consenso a respeito desse assunto (MIRANT; BRYAN, 2004; L. M. MARTINO, 2018; L. C. MARTINO, 2007; BRAGA, 2011). Embora, de fato, algumas “teorias” ou “escolas” tenham certa preponderância, não existe uma concepção epistemológica única sobre o que pode ser, ou não, uma teoria da Comunicação. Ao endereçarmos uma crítica ao cânone teórico da comunicação, é importante observar quais são os alvos específicos, na medida em que sua constituição é, por si só, motivo de disputa.

Apesar de este não ser o assunto principal deste artigo, tal maneira de construção da narrativa sobre o que seria a Teoria da Comunicação e sua suposta unicidade remonta à estruturação dos saberes científicos como são produzidos atualmente, em que para as ciências serem respeitadas, elas devem apresentar uma unicidade ubíqua (PRECIADO, 2022). Dessa forma, a área da Comunicação se organizou inicialmente sobre a tentativa de justificar-se enquanto ciência – evitando a complexidade das nossas questões sociais e cognitivas, imprevisíveis e indesejadas de um ponto de vista científico baseado em modelos eurocêntricos. Mas aos poucos e, principalmente, com a pressão dos movimentos sociais, cânones científicos passaram a ser criticados pelos subalternos (SPIVAK, 2018), que não só passaram a fazer parte da Academia como da própria produção de conhecimento. Contudo, essa pressão ainda não fez com que se irrompesse por completo uma visão positivista que se reproduz com frequência.

Esse ponto se liga à segunda pergunta.

Uma vez que não há consenso sobre quais são as Teorias da Comunicação, ela se apresenta como um espaço elástico o bastante para incorporar outras perspectivas a respeito dos fenômenos comunicacionais em suas múltiplas dimensões – pronta, como diz Escobar (2021, p. 17), a “reformular experiências emancipatórias” a partir de suas mudanças.

Vale, para isso, deixar de lado o entendimento de “Teoria da Comunicação” como um cânone fechado em favor de uma perspectiva mais ampliada: compreendê-la como prática crítica do pensamento teórico em circulação na Área. A dispersão teórica da Área, nesse

ponto, apresenta-se como uma linha de fuga epistemológica contra o pensamento fechado, proporcionando uma abertura para a incorporação crítica de outras perspectivas para a compreensão de fenômenos comunicacionais – delimitados de acordo com cada teoria.

A pesquisa em Comunicação, desde suas origens – que podem remontar a 1920, conforme o critério de estabelecimento de tempo – sempre foi informada por teorias e concepções externas (SIGNATES, 2011). As perspectivas incluídas no discurso da Teoria da Comunicação, em particular, não foram, em sua maioria, pensadas como tal. Não há obstáculo epistemológico em relação à presença de outras teorias como parte do repertório da Área.

Note-se que, ao falar de um discurso teórico sobre comunicação, é importante não deixar a impressão de que existe, pré-definido, um fenômeno que possa ser definido como tal. Ao contrário, é próprio dos discursos teóricos, nas Ciências Humanas, delimitarem os fenômenos sobre os quais fazem incidir proposições interpretativas (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNEJDER, 2006; BARROS, 2018). Essa ressalva é importante para estabelecer que a própria concepção de “comunicação” está ligada à perspectiva teórica utilizada para sublinhar determinados aspectos da realidade em sua relação com outros fenômenos e indica-los, a partir de sua coerência teórica, em termos de “comunicação”.

Dito de outra maneira, uma perspectiva, digamos, dos estudos de gênero sobre Comunicação não apenas destaca uma concepção de “gênero”, mas também sua visão do que pode ser considerado “comunicação”, seja em uma dimensão circunscrita ao âmbito midiático, seja em termos de uma concepção voltada para as interações, para mencionar apenas duas possibilidades.

O descentramento epistêmico da comunicação, nesse sentido, se articula com uma concepção abrangente e dinâmica da Teoria da Comunicação, não apenas em termos de reformular algumas de suas perguntas epistemológicas de origem (Por que a teoria A ou B seria uma “teoria da comunicação”? Qual é o conceito de “comunicação” trabalhado por ela? Em que ela contribui para a compreensão e inteligibilidade de fenômenos? Como ela se inscreve nos espaços e poderes institucionais?), como também reconhecer que categorias identitárias, geralmente associadas à uma especificidade de pesquisa, também existem como categorias no estudo do ato de comunicar. Para a pesquisadora neozelandesa Linda Tuhiwai Smith (2018, p. 54):

A linguagem da teoria pode ser usada como uma maneira de organizar e determinar ações. Permite-nos interpretar o que nos é dito e prever as consequências do que nos prometem. A teoria também pode nos proteger, porque nela está implícita uma maneira de colocar a realidade em perspectiva. Se for uma boa teoria, também permitirá que se incorporem novas ideias e maneiras de ver as coisas, sem necessidade de buscar constantemente novas teorias.

Os descentramentos epistêmicos na Teoria da Comunicação, na medida em que procuram uma efetividade, implicam também mudanças na concepção de ensino dessa disciplina, seja em graduação ou pós-graduação. Isso se dá em um duplo movimento (LM. MARTINO, 2017; 2018).

Em primeiro lugar, recuperando a potência heurística de cada proposição como critério de pertinência ao ensino: uma “história das teorias”, em um cânon descentrado – ou, melhor ainda, um – cede lugar à perspectiva de pensar as proposições teóricas em diálogo com o tempo presente. Enquanto “processo interminável, intrinsecamente processual”, como destaca Nkuansambu (2015, p. 29), a pesquisa se entrelaça com suas condições. Isso significa o reconhecimento não só de outras teorias, mas de outros modos de elaborar formulações teóricas, outros critérios de estabelecimento de validade em termos de interpretação e, em alguns casos, de explicação (LAGES, 2022), se aproveitando de uma concepção enunciativa que procure descentrar o ensino de teoria “mais importantes” somente com base em seu polo de produção, mas também voltando para a sua contribuição na construção de saberes da Área.

Lo interesante del caso es que la producción teórica de esta gente suele caer por fuera del menú de los grandes nombres, quizás porque resulta indigestible a las estructuras académicas de nuestras universidades (RIVERA CUSICANQUI, 2018, p. 109).

Está em jogo, no descentramento epistêmico da Teoria da Comunicação, algo fundamental no processo epistemológico e pedagógico: o “fazer sentido” da teoria. Isso significa estabelecer um diálogo com as questões presentes no cotidiano de quem estuda e pesquisa comunicação a partir de seus interesses de vida – a teoria, aqui, no sentido trazido por bell hooks (2017), como espaço de um saber sobre a vida.

Dentro dos estudos de gênero, a importância da experiência para a pesquisa acadêmica recebe destaque, dado que o espaço intelectual foi historicamente construído

para um tipo de sujeito masculino cis, hetero, branco. Porém, apesar das críticas de vários movimentos acadêmicos e sociais a essa forma institucional de produção de conhecimento, poucos são os avanços consistentes e generalizados no sentido de ampliação dos espaços de escuta.

hooks tece essas críticas ao dizer que não há espaço para autoavaliação dentro da academia (2017). Sua escolha de palavras é intencional: a crítica pode até existir, mas sem se entender os métodos ou avaliar as formas de pensamento, a criticidade se torna vazia. Por isso, se torna necessário propor uma maneira alternativa de criticar, isto é, estabelecer uma autoavaliação, algo que este trabalho se propõe a fazer.

Na prática teórica e de pesquisa, isso traz, como premissa, o reconhecimento da subjetividade, da experiência e da vida de quem faz essa teoria. É o ponto do próximo tópico.

3 RETOMAR O LUGAR DO CORPO NA TEORIA

Durante a maior parte de sua história, teoria foi entendida como uma atividade feita exclusivamente com o cérebro. Um descentramento epistêmico da Teoria da Comunicação aponta para outro aspecto: a teoria é feita também com o corpo. É um dos cânones da ciência moderna pensar em uma separação entre mente e corpo, dentro de uma progressiva abstração na qual é reservada à primeira o domínio do raciocínio, enquanto ao segundo é relegado, na melhor das hipóteses, o lugar de objeto.

É importante destacar que um descentramento epistemológico na Comunicação implica em colocar o corpo também como autor da teoria e produtor de pesquisa, uma crítica que não se inicia somente neste artigo – há toda uma tradição de incorporação dos saberes tradicionais e especialmente da corporalidade na Academia (KRENAK, 2020). A eliminação do corpo dos processos epistemológicos levou a um apagamento de sua existência diante da objetividade de uma teoria puramente mental, que deixava de lado sua vinculação com as condições de vida desse corpo. É como se a teoria fosse a mesma, independentemente onde – em qual corpo – se origina.

Essa perspectiva de objetividade teórica deixa de lado um aspecto tanto mais invisível quanto mais próximo está do cotidiano: o corpo de quem pesquisa. Esse corpo não é abstrato, não existe a partir de lugar nenhum, não se submete às demandas de

padronização e formatação. Esse corpo existe, tem uma forma, uma pele, uma idade, um peso e uma altura; tem limites, fica exausto, responde mal às demandas infinitas de produtividade; tem identidades, sonhos e perspectivas.

Essa compreensão localiza as discussões do que tenho chamado de “lugar de corpo”, isto é, o reconhecimento que temos, enquanto pesquisadoras/res, materialização social, e, por isso, lugar histórico-corporal (DUQUE, 2020, p. 42).

Alguns descentramentos epistêmicos da comunicação estão ligados ao reconhecimento de corpos que trazem, inscritos em si, uma história para além dos indivíduos, relacionada com a experiência – incorporada e corporificada – dos sujeitos. Há um deslocamento epistêmico quando a pesquisa não é feita sobre um corpo, mas por um corpo-sujeito de experiências a serem reelaboradas.

Os novos movimentos transfeministas, queer e antirracistas, mas também as novas práticas de filiação, de relações amorosas, de identificação de gênero, de sexualidade, de nomeação são indícios dessa mutação e das experimentações na fabricação coletiva de uma outra epistemologia do corpo humano vivo (PRECIADO, 2022, p. 47)

Qual é o pensamento produzido por um corpo? Em que medida um pensamento normativo, em termos epistêmicos, pode dar conta de corpos não-normativos? (Note-se, a título de metarreflexão, que a própria expressão “normativo” é passível de crítica na medida em que presume um “normal”). Se pesquisamos aquilo que nos afeta como ponto de partida de uma pesquisa (MARTINO; MARQUES, 2018), quais são os afetos ligados a esses corpos passíveis de serem trazidos e traduzidos como aspectos de pesquisa?

Não se trata, evidentemente, de um determinismo biológico em relação ao lugar do corpo, mas de pensá-lo em sua articulação com a experiência dos sujeitos a partir das quais surgem as elaborações teóricas. Não se trata de essencializar o corpo, mas destacar seu lugar social que, inescapavelmente, faz parte da pesquisa em Comunicação. É a partir do corpo que as pessoas se constituem enquanto tal em suas interações primárias, interagem com os outros, participam de processos comunicacionais, compreendem a si e aos demais. Esse corpo é o sujeito de um conhecimento – a teoria se articula com o corpo, se origina com ele das condições sociais de sua elaboração.

Trata-se, então, de reconhecer o descentramento de um cânone a partir da presença de outros corpos no ambiente de pesquisa, vinculados a interesses decorrentes de sua luta por reconhecimento também em termos epistêmicos, apostando na validade de sua experiência enquanto produtores legítimos de um saber voltado para desafiar proposições teóricas. A experiência dos sujeitos é constituída também no atravessamento dos corpos, emoldurados por saberes que, muitas vezes, são projetados sobre eles no lugar de terem aí sua origem (SMITH, 2018; FÁVERO, 2020). O reconhecimento de si como um corpo em trânsito, no entre-saberes do hegemônico e do resistente, permite reorganizar a experiência teórica como parte dessa perspectiva.

A intolerância religiosa, a epistemologia sexual e a ideologia da branquitude são acionadas em momentos diferentes, apesar de exercerem influência umas sobre as outras. Mas ao entender que todas elas funcionam em processos que tem momentos de maior destaque permite a quem pesquisa com olhar mais aguçado esclarecer à quem lê em que momento que esses mecanismos de opressão entram em ação de forma mais clara. É neste momento que é necessário emprestar conceitos de interseccionalidade, para o qual as contribuições de Patricia Hill Collins e seu ensaio sobre o “Outsider Within” (2016) se fazem necessárias. Pessoas localizadas como corpos interseccionais trazem, intencionalmente ou não, uma série de questionamentos aos cânones da Área. Isso pode incomodar, em maior ou menor grau, corpos hegemônicos, voltados para estudos “impessoais”, sem entrelaçamentos com a construção do tecido social.

Isso faz com que pessoas interseccionais registrem suas opressões ocorridas de forma única. Uma pessoa trans, não-monogâmica e pansexual, por exemplo, pode registrar a sua visão particular sobre a transfobia, a panfobia e o monogamismo, trazendo relatos de experiência que terão uma força que dificilmente pode ser reproduzida por outras pessoas (CARVALHO, 2023). Apesar da possibilidade do interlocutor se identificar com as opressões particulares de um registro em relato, também não se pode negar a riqueza narrativa de trazer uma experiência particular. É uma dualidade a partir da qual, por si só, os estudos epistemológicos já conseguem realizar uma rica análise: ao mesmo tempo que a experiência é particular, ela é compartilhada em grupo, o que gera identificação e aproxima-a daquele com quem se fala (hooks, 2017).

Um olhar apressado poderia, diante dessa argumentação, sugerir algum tipo de restrição ou impedimento de pesquisa, no sentido escutado às vezes no espaço informal, mas não menos representativo, dos corredores universitários e pausas para um café em eventos (“ih, agora só quem é x pode pesquisar x” ou “não posso mais falar sobre o assunto y porque não sou y”). A pergunta, ao que parece, precisa ir um pouco além desse aspecto para endereçar elementos mais pedregosos no caminho de pesquisa: quais perguntas de pesquisa podem ser formuladas a partir da experiência de vida de um corpo?

Pode-se dizer que o problema não está somente em *quem* produz o conhecimento, mas também em como o *sujeito pesquisado* é percebido pelo pesquisador (SILVA, 2020). Afinal, será que a razão para que pesquisas sobre minorias identitárias sejam feitas por pessoas dessa minoria é por causa somente deste fato, ou por causa da visão que o pesquisador traz sobre o assunto (ou seja, colocando de forma mais humanizada, centrada e concisa a experiência de pessoas marginalizadas)?

4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TEORIA

É possível pensar um descentramento epistêmico mantendo as padronizações institucionais em forma e procedimentos? Este item trabalha um questionamento referente às tensões entre a proposição de novos modos de produzir conhecimento e suas condições (isto é, catracalizações) institucionais.

Se é possível por um instante deixar de lado o rigor do texto acadêmico em prol de uma consideração mais direta, valeria perguntar qual o sentido de um descentramento epistemológico se, no final, é necessário colocar toda essa diversidade em fonte Times New Roman, espaçamento 1,5, recuo de parágrafo em 1,27.

Certamente aqui há um aspecto caricatural que não deve ser levado muito longe, mas é possível tomá-lo como ilustração da pergunta deste item: até que ponto os descentramentos epistemológicos na Teoria da Comunicação têm espaço para se articular com práticas de pesquisa?

No cotidiano de orientações de trabalhos, bem como na prática de pesquisa, a emergência de novos sujeitos pesquisadores parece colocar em xeque não apenas um cânone teórico, mas também as processualidades metodológicas desenhadas para um saber disciplinado e elaborado dentro de uma forma rígida. É possível questionar qual a validade

de procurar uma transformação epistêmica sem acompanhá-la de uma mudança institucional – de procedimentos, linguagens e formatações. Afinal, vale lembrar que saberes transmitidos de formas alternativas, a rigor, podem trazer experiências diferentes a depender do meio. Levando em consideração que ambientes acadêmicos podem seguir modos hegemônicos de prática (FACCIOLLA, 2021), não seria exagero dizer que pesquisadores que escapam da concepção naturalizada de produção esperada saberes científicos podem acabar se ressentindo, como relembram, por exemplo, hooks (2020) ou Preciado (2023).

Na medida em que o político e o epistemológico não podem ser dissociados, como lembram, entre outros, Bourdieu (1983) e Ferreira (2008), é preciso questionar a disposição dos espaços institucionais em pensar a mudança na concepção do saber.

A incorporação de outros saberes, no âmbito acadêmico, parece implicar também uma mudança na própria ideia de saber. Em que medida o poder de agenciamento de sujeitos pesquisadores não é colocado em xeque pelas demandas institucionais, bem como pelo aspecto do elemento da forma associado a algumas práticas acadêmicas?

Muitas vezes, são nossos títulos, nossas carreiras, e a forma com que negociamos este acúmulo de elementos a que a maioria das travestis não terá acesso, que nos autorizam a circular por determinados espaços, sem a garantia de sucesso ou segurança. Esses mesmos títulos não nos protegem da travestifobia (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 8).

Seria o caso, nesse aspecto, de questionar o “rigor científico”, de modo a torná-lo abrangente o bastante para contemplar outros modos de conhecimento? Pensando, com particular atenção, no aspecto da linguagem, este “rigor” também tende a excluir regionalismos e vocábulos centrados na identidade (GIAGIO; MARTINO, 2023). Até que ponto um descentramento epistemológico seria completo, enquanto gesto de insubordinação na construção de saberes, se, no momento de seu compartilhamento, ele se voltasse para a organização em termos de um modelo de cientificidade moderno? Brume lazzetti (2022, p. 8) indica esse aspecto:

Ao mesmo tempo, compreendo a realidade concreta que vivemos na produção acadêmica brasileira. Nela, permanecemos em um espaço de disputa para termos o mínimo de nossas demandas reconhecidas, para sermos, quando muito, convocadas a falar em um lugar que, na prática, restringe e limita nossa fala (e, principalmente, a escuta sobre tais falas).

Como equacionar a busca por outros modos de conhecer diante das demandas institucionais e políticas de produção e avaliação das práticas de pesquisa? Sem necessariamente se constituir em barreiras para um descentramento epistêmico, elas colocam desafios para serem pensados e questionados, não na busca de soluções rápidas, mas como elementos que incidem sobre o cotidiano da pesquisa. Há de se pensar em como essa forma rigorosa de estruturação pode, muitas vezes, limitar a riqueza estilística e argumentativa de corpos marginalizados, que não necessariamente vão dialogar da forma como é exigido dentro dos cânones.

Por exemplo, a questão da presença dos sujeitos no texto manifestada no uso do pronome “eu” ou da escrita em primeira pessoa; a demanda pelo uso de um plural majestático (“nós afirmamos que...”) ou do impessoal (“as evidências sugerem que...”) no lugar de uma primeira pessoa que seria “anti-científica” em termos de uma argumentação estritamente lógica – e, portanto, desprovida de um sujeito, mas constituída como “visão de lugar nenhum” dotada de uma objetividade específica. A ausência do “eu” apresentado como pronome e designação de autoria é suficiente para eliminar a subjetividade das formas de conhecimento ou transformar-se em garantia de validade epistemológica? Sofia Fávero (2020, p. 5) retoma isso:

Com efeito, estou falando em primeira pessoa. Não é uma decisão impensada, uma vez que busquei, ao longo do processo de escolha de um tema para a pesquisa na referida dissertação, articulá-lo a mim de algum modo.

Mas e quando a experiência de pesquisa está inscrita na história do sujeito pesquisador? E nos casos em que a linguagem dos sujeitos pesquisadores e dos sujeitos de pesquisa – há muito se pode abandonar a ideia de “objetos” na prática com seres vivos – se constitui não como “dato”, mas como posicionamento (YORK, 2020; FAVERO, 2020; MATTOS, 2022; PASSOS, 2022)?

Particularmente nos estudos da comunicação, o ato de registrar também é manter a memória de corpos periféricos viva, recordando que não existe uma epistemologia única na sociedade; ao trazer essas diferentes vivências, a Academia passa por um processo de autoavaliação e atualização.

A reivindicação de autoria não se encerra, evidentemente, no uso ou não do pronome “eu” ou na escrita em primeira pessoa, sobretudo por não se tratar de uma defesa de um individualismo metodológico – ao contrário, é no vínculo de pertencimento a uma comunidade que emergem algumas das práticas de pesquisa ligadas às problemáticas trazidas como tema de pesquisa.

Um descentramento epistêmico na Teoria da Comunicação parece demandar igualmente uma transformação do lugar dos sujeitos na prática metodológica, deixando de lado seu posicionamento em um suposto centro “objetivo” para mostrar seus vínculos, motivações e interesses de pesquisa – geralmente relegados, nas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, aos agradecimentos, introduções e considerações finais, as partes mais “autorais” da pesquisa (MARTINO; MARQUES, 2018). O pressuposto implícito parece ser, nesse caso, que todo o resto, isto é, os capítulos, seriam constituições “objetivas”, passíveis de serem analisadas igualmente de “lugar nenhum”. Na síntese de Fávero (2020, p. 7):

O que está em questionamento não é se o uso político da vivência pode desencadear em produções epistemológicas interessantes, mas que para fazer uso político de algo é preciso que esse algo seja historicizável, isso é, que esse algo possa se conectar. A vivência deve ser relacional.

Exemplo disso vem da explicitação de violências sofridas por grupos minoritários. Nestes casos, é possível fazer um relato “frio” (registros oficiais, números, relatos colhidos por autoridades). Mas a experiência de autorias pode ser rigorosamente colocada para demonstrar estes tipos de opressão. Herzer (2023) dá um exemplo disso em “A Queda Para o Alto” (2023), livro introduzido por pessoas cis que não dão a dimensão da força em seu registro de experiência. Seu modo de relatar se assemelha a métodos como a autoetnografia, que permite o registro de acontecimentos, emoções e percepções relacionadas a certos assuntos de interesse a partir de uma demarcação temporal (CARVALHO, 2023).

O modelo de escrita acadêmico pode se apresentar como igualmente restritivo em relação às possibilidades de deslocamentos epistêmicos mais profundos. A escrita acadêmica, como ressaltado em diversos manuais e roteiros à disposição de quem pesquisa, se pauta sobretudo em um estilo dissertativo, impessoal e pautado na definição mais exata

possível de conceitos e teorias. Nas palavras de Rocha, Brito e Dias (2022, p. 3), isso “nos permitiu perceber como a escrita é potente e legítima”, na medida em que “estamos falando de outras possibilidades epistemológicas e de teorizações que visam questionar as hegemonias que predominam no campo científico”. Isso se dá em razão de que não somente o conteúdo de uma mensagem se constitui como processo comunicativo, como o próprio meio se torna uma forma de controlar aquilo que pode ser registrado ou não.

Essa modalidade de escrita corresponde a um modelo específico de ciência. Trata-se de uma escrita relacionada à disseminação de dados objetivos interpretados a partir das lentes de um rigor científico moderno – não há, evidentemente, nada de errado nisso enquanto prática em si, mas é possível questionar sua pertinência como única diante da reflexividade de outros modelos de pensar o conhecimento.

Não se trata de sair do jogo, uma vez que este texto também a utiliza, em um exercício de metalinguagem a respeito das formas da linguagem legítima (“você também a usa!”) e de suas implicações enquanto representante de um modelo válido de ciência aprendido e legitimado (BOURDIEU, 1983; CHECHETTO; MARTINO, 2019). Trata-se de um modelo que não se pretende descartar, mas trabalhar em suas potências e limites.

Assim, o que se procura indicar não é que os cânones da ciência são descartáveis e indesejados, mas, do contrário, que a avaliação puramente canônica do mundo é essencialmente excludente. Ao se levar em consideração que uma forma de elucidação é superior ou inferior à outra, o que se cria, na prática, é uma catracalização que decide quais os saberes nobres e quais os desnecessários. E esta forma de pensamento, além de completamente hegemônica, é uma maneira de concentrar os conhecimentos na mão daqueles para qual a ciência faz sentido. A questão é que deve se tornar missão da academia, para além do “fazer sentido” (afinal, esse “sentido” deve ser entendido por quem?), registrar os saberes produzidos pelo antropoceno, e somente os cânones não dão conta desse registro.

(...) a descolonização não significa nem quer significar uma rejeição total da teoria, da pesquisa ou do conhecimento ocidental. Em vez disso, trata-se de centrar nossas preocupações e visões de mundo, para então conhecer e compreender a teoria e a pesquisa a partir de nossas perspectivas e nossos próprios objetivos (SMITH, 2018, p. 55).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Os problemas da colonização surgem, sobretudo, em termos de força”, recorda Simone Weil (2019, p. 73). A filósofa francesa está se referindo ao colonialismo em seu sentido político, mas a frase poderia servir também de provocação para se pensar questões de colonialidade institucional de saberes.

Um descentramento epistêmico da Teoria da Comunicação parece demandar não apenas uma concepção mais abrangente do que se entende com esse nome, seja enquanto produção teórica sobre fenômenos comunicacionais, seja como disciplina acadêmica na qual parte dessas elaborações alcançam o espaço da sala de aula e da formação em pesquisa. Essa perspectiva pode ser pensada a partir de três atravessamentos, vistos em cada um dos itens do texto.

Neste ponto, as avaliações de hooks (2017) perante a Academia destacam a necessidade de se pensar os saberes de maneira participativa, focando mais na reprodução e recepção do conhecimento a partir das teorias de Freire. Apesar de, por esse motivo, parecer inicialmente que não está se falando sobre o campo da produção, para produzir narrativas engajadoras e próximas das futuras gerações de intelectuais, será necessário, sem dúvidas, alterar o processo epistemológico na cabeça de corpos tanto hegemônicos quanto periféricos.

É de se pensar que todo corpo que produz conhecimento é mais que produtor; não é uma máquina; é um ser humano complexo com emoções, sentimentos e necessidades que devem ser destacadas no processo de produção e reprodução dos saberes. Neste caso, não somente ao ensino como também ao registro, que não deve se dar de forma a almejar um sujeito universal por uma razão simples: às ciências que estudam o humano ou tem o humano como parte da experiência científica tem como valor simbólico os saberes adquiridos pela pessoa cientista no caminho. Ampliando nessa explicação, o fato de um corpo contra-hegemônico existir e produzir conhecimento faz com que, a partir das suas vivências, tenham-se visões únicas e valorosas sobre o mundo, que devem ser registradas.

O questionamento do cânone implica pensar a articulação crítica de conceitos e teorias com os processos e fenômenos comunicacionais, em uma concepção ampla de “Teoria da Comunicação” para além da divisão, corrente em muitos espaços, em escolas ou modelos apresentados como aspectos congelados da história, mas agregando contribuições

próprias à produção de sentido por estudantes. Afinal, o sentido da teoria, lembra Patrícia Hill Collins (2022, p. 77), é “trabalhar o significado da condição humana”.

Esses desafios parecem se apresentar em uma dupla natureza como tarefa necessária e urgente, de um lado, mas permeada por contradições e pontos de questionamento, de outro. Trata-se de uma articulação tensional a partir de onde se podem pensar em novas maneiras de compreender a pesquisa em Comunicação, em particular as questões ligadas à busca de tornar a Teoria da Comunicação, seja enquanto emaranhado de saberes teóricos, seja como disciplina acadêmica, um espaço de produção de sentido frente às demandas políticas e sociais, bem como epistemológicas, que se mostram prementes ao futuro da Área.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Maria Luiza C. Disciplinas teóricas: de entulho de currículo a campo de desejo e autoapoiese. 26o. INTERCOM. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2 a 6 de setembro de 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRAGA, José Luiz Dispositivos Interacionais. **Matrizes**, Vol. 1, no. 1, 2011.
- CARVALHO, Eldra La Fonte Albuquerque de. **Esgotamento existencial das pessoas trans: o medo de corpos limítrofes**. 2023. Recurso on-line. 57 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Jornalismo) - Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2023. Disponível em <<https://pergamum.casperlibero.edu.br/acervo/61590>> Acesso em 7 mar. 2024.
- CHECHETTO, F. B.; MARTINO, L. M. S. Qual conceito de ciência fundamenta as Teorias da Comunicação? Um estudo exploratório do “cânone”. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 33, no. 1, 2019, pp. 2-17.
- COLLINS, Patrícia H. **Bem mais do que ideias**. São Paulo: Boitempo, 2022.

- COLLINS, Patricia H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n.1, Brasília, Jan.-Abr./2016.
- COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. Conceptualizing mediatization. **Communication Theory**, Vol. 23, no. 1, Annenberg, 2013, pp. 191-202.
- DUQUE, Tiago. **História Revista**, Vol. 25, no. 3, Belo Horizonte, set-dez. 2020, pp. 32-50.
- DUTTA, Mohan J. Decolonizing communication for social change. **Communication Theory**, Vol. 25, no 1, Annenberg, 2015, pp. 123-143.
- ESCOBAR, Ticio. **Aura latente**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2021.
- FACCIOLA, Mar. **ATÉ QUANDO? Uma breve autoentografia sobre evasão acadêmica de corpos dissidentes**. Revista Estudos Transviados v. 2 n. 4 nov/2021. Disponível em: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.16987870.v2>. Acesso em: 14 mar. 2024.
- FAVERO, Sofia. Por uma ética pajubariana. **Equatorial**, Vol. 7, no. 12, Quito, jan-jun. 2020, pp. 1-22.
- FERNANDES, Alexandre O.; HADDOCK-LOBO, Rafael; SILVA, Danielo P. Descolonizar a epistemologia. **Espaço Acadêmico**, Vol. 23, no. 242, São Luís, Out - Dez .2023, pp. 1-4.
- FERREIRA, J. Questões e linhagens na construção do campo epistemológico da Comunicação. In: _____. (Org.). **Cenários, teorias e metodologias da Comunicação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- GAMA, Fabiene. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. Brasília, **Anuário Antropológico** v. 45, n. 2, p. 188-208 , 2020.
- GIAGIO, Ariel Ícaro B.; MARTINO, Luís Mauro S. Usos da linguagem neutra na comunicação de pessoas trans: um estudo exploratório. **Esferas**, Brasília, 2023. v. 27, p. 1-23. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/14310>. Acesso em: 29 de outubro de 2023.
- FRANÇA, Vera. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê? In: MOTTA, L. G *et alli*. (Orgs.). **Estratégias e culturas da comunicação**. Brasília: UnB, 2001.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HERZER. **A queda para o alto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- IAZZETTI, Brume Dezembro. Por uma teoria e prática transfeminista interseccional. **Revista Antropologia**, Vol. 65, no. 2, Rio de Janeiro, 2022, pp. 1-10.

- KREISS, Daniel. Communication theory at a time of racial reckoning. **Communication Theory**, Vol. 32, no. 1, Annenberg, 2022, pp. 161-168.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2020.
- LAGES, Vitor N. Lutas trans por reconhecimento e redistribuição através da universidade. ENCONTRO NACIONAL DO GT ESTUDOS DE GÊNERO ANPUH, 5, Montes Claros - MG, 24 e 25 de novembro de 2022.
- LIMA, Venício. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- LIMA, Venício. Repensando as Teorias da Comunicação. In: MELO, J. M. (org.) **Teoria e Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Intercom/Cortez, 1983, pp. 85-99.
- LOPES, Maria I. V. O campo da comunicação: sua constituição, desafio e dilemas. **Famecos**, no. 30, Vol. 1, Porto Alegre, agosto 2006, pp. 16-30.
- MARTINO, Luís M. S. MARTINO, Luís M. S. Dimensões e limites da interdisciplinaridade nas Teorias da Comunicação. **Comunicação & Sociedade**, v. 39, no. 1, 2017, pp. 95-110.
- MARTINO, Luís M. S. Genealogia dos Conceitos na Teoria da Comunicação: esboço de um panorama. **Revista Alaic**, v. 15, no. 1, 2018, pp. 24-35. Disponível em <<https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/468>>. Consulta em 20.06.2025.
- MARTINO, Luís M. S. O que foi teoria da comunicação? Um estudo da bibliografia entre 1967-1986. **Revista Comunicação Midiática**, v. 6, no. 1, 2011, pp. 28-39. Disponível em <<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/344>>. Consulta em 20.06.2025.
- MARTINO, Luís M. S. A disciplina interdisciplinar. **Logos**, v. 19, no. 1, 2012, pp. 17-28. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/4519>>. Consulta em 20.06.2025
- MARTINO, Luiz C. **Teorias da comunicação: muitas ou poucas?** Cotia: Ateliê, 2007.
- MATOS, Marília N. **Cisnormatividade e presença trans em universidades públicas da Bahia**. Salvador: UFBA, 2022 (Doutorado em Psicologia).
- MIIKE, Yoshitaka. Asian contributions to communication theory. **China media research**, Vol. 3, no. 4, Beijing, 2007, pp. 1-8.
- NASCIMENTO, Silvana S. Epistemologias transfeministas negras. **Estudos Históricos**, Vol. 35, no. 77, São Paulo, set-dez. 2022, pp. 548-573.
- NATALLE, Elizabeth J. Gender and communication theory. **Communication education**, Vol. 40, no. 1, Nova York, Janeiro 1991, pp. 94-98.
- NKUANSAMBU, Afonso. **Meu pequeno orientador científico**. São Paulo/Luanda: TM Editora,

2015.

NORDENSTRENG, Kaarle. Discipline or field? **Nordicom Review**, Edição Comemorativa, Oslo, 2007, pp. 211-222.

PASSOS, Maria C. A. **Pedagogia das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PRECIADO, Paul. **Eu sou o monstro que vos fala**. São Paulo: Editora Zahar, 2022.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Un mundo h'ixi es posible**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

ROCHA, Késia A.; BRITO, Ariel M.; DIAS, Alfrancio F. Vai que a universidade se transforma. **UFSM Educação**, Vol. 47, no.1, Santa Maria, 2022, pp. 1-27.

SILVA, Edson P.; ARCANJO, Fernanda G. História da Ciência, Epistemologia e Dialética.

Trans/form/ação, Vol. 44, no. 2, Belo Horizonte, abr/jun. 2021, pp. 149-174.

SILVA, Marcos A. B. da . Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. **SciELO Educação E Pesquisa**, vol. 47, e226218, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/nhjpTjF8ftjZCYcBBPNqQmQ/?lang=pt#>. Acesso em: 14 mar.

2024.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o Subalterno Falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2018.

TORRICO V., Erik R. **Comunicacion** de las matrices a los enfoques. Quito: Ciespal, 2010.

TORTAJADA, Iolanda; BAUWEL, Sofie V. Gender and communication: contemporary research questions. **Catalan Journal of Communication and Cultural Studies**, Vol. 4, no. 2, Barcelona, 2012, pp. 143-153.

VALDETTARO, Sandra. **Epistemologia de la comunicación**. Rosário: EDUR, 2015.

WEIL, Simone. **Contra o colonialismo**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

YIN, Jing. Negotiating the centre: towards an asiacentric feminist communication theory.

Journal of Multicultural Discourses, Vol. 4, no. 1, março 2009, pp. 75-88.

YORK, Sara W.; OLIVEIRA, Megg R. G.; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travestis. **Estudos Feministas**, Vol. 28, no. 3, Campinas, 2020, pp. 1-12.

YORK, Sara Wagner. “Tia, você é homem?” Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os “cistemas” da pós-graduação. Rio de Janeiro: UERJ, 2020 (Mestrado em Educação).

ZELIZER, Barbie. Making communication theory matter. **Communication Theory**. Vol. 25, no.1, Annenberg, 2015, pp. 410-415.

Epistemological displacements in Communication Theory: implications for research

ABSTRACT

This paper presents a synthesis of epistemological questions raised during research into the everyday communication of trans people. How does Communication Theory, a field of study and academic discipline, respond to the challenges posed by contemporary epistemological decenterings? What is the place of research subjects? To what extent are institutional and formal issues capable of bringing together these emerging processes? The emergence of diverse research identities, other concepts of science and non-hegemonic forms of knowledge point to (1) a broader concept of Communication Theory that goes beyond a closed canons that do not consider subordinated narratives (2) to recognize bodily experience as a basis for theoretical reasoning and (3) openness to new methods of research and academic writing. These elements are discussed in the context of contemporary communication epistemology.

Keywords: Communication. Epistemology. Communication Theory. Research.

Descentramentos epistemológicos en la teoría de la comunicación: atravessamientos en la prática de investigación

RESUMEN

Este texto presenta una síntesis de las cuestiones epistemológicas planteadas durante la investigación autoetnográfica sobre la comunicación cotidiana de las personas trans. ¿Cómo responde la Teoría de la Comunicación, un campo de estudio y disciplina académica, a los desafíos planteados por los descentramientos epistemológicos contemporáneos? ¿Cuál es el lugar de los sujetos de investigación? ¿Hasta qué punto las cuestiones institucionales y formales son capaces de unir estos procesos emergentes? El surgimiento de diversas

identidades de investigación, otros conceptos de ciencia y formas de conocimiento no hegemónicas apuntan a (1) un concepto amplio de Teoría de la Comunicación que va más allá de un canon cerrado (2) el reconocimiento de la experiencia corporal como base para el razonamiento teórico y (3) apertura a nuevos métodos de investigación y redacción académica. Estos elementos se discuten en el contexto de la epistemología de la comunicación.

Palabras clave: Comunicación. Epistemologia. Teoria de la comunicación. Investigación.

Recebido em: dia/mês/ano

Aceite em: dia/mês/ano